

1. RECENSÕES

José MATTOSO, *A Identidade Nacional*, Col “Fundação Mário Soares”, Cadernos Democráticos, 1, Lisboa, Gradiva, 1998, 109 p.

Vários anos após ter publicado *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, em dois volumes (Lisboa, Ed. Estampa, 1985), José Mattoso volta a apresentar-nos uma reflexão sobre o tema. Desta vez, fá-lo num interessante trabalho de síntese, com pouco mais de uma centena de páginas, o que não o impede de focar o assunto ao longo de um período dilatado, de cerca de oito séculos.

O autor começa por fazer algumas considerações de carácter teórico e metodológico, sobre os requisitos necessários para identificar qualquer objecto. Recorrendo ao contributo da psicologia social - disciplina no âmbito da qual a identidade, do adolescente e do jovem, tem vindo a ser estudada desde há décadas -, segue de perto Eric Erikson, ao afirmar que, para identificar qualquer objecto, é necessário: 1) distingui-lo de qualquer outro; 2) atribuir-lhe um significado; 3) conferir-lhe um valor (p. 5).

Seguidamente passa em revista questões da maior pertinência, designadamente: o facto de Portugal ser o país mais velho da Europa, a importância do fenómeno da língua e eventos históricos marcantes, como as diversas revoluções nacionais (1383, 1640 e 1910), a que se poderiam acrescentar as de 1820 ou mesmo a de 1974 e, obviamente, os Descobrimentos e a Expansão.

No que se refere à “identidade geográfica”, José Mattoso, embora partilhando, com a grande maioria dos autores, “a convicção de que não havia nenhuma identidade de base física” (p. 43), não deixa também de sublinhar as diferenças e características regionais e locais, chegando mesmo a afirmar: “Portugal é um país nitidamente desigual” (p. 57). E acrescenta: “O fenómeno que o debate sobre a regionalização evidencia vem de há muito. Constitui uma realidade estrutural de Portugal continental” (p. 57).

Cingindo-se mais directamente ao tema em foco – a *identidade nacional* –, o autor foca-a segundo três perspectivas: a identidade histórica, de tipo

nacionalista, muito em voga em autores de meados do século XX; a identidade sociológica, de aparecimento mais recente; e o seu próprio contributo para o estudo da questão, sublinhando algumas componentes que reporta significativas. Quanto à primeira – por vezes eivada de um nacionalismo algo exacerbado –, são apontadas, como traços mais salientes, o saudosismo e o lirismo, o sebastianismo, o universalismo internacionalista e a “brandura de costumes”. A identidade sociológica – explícita ou implícita em textos de Manuel Villaverde Cabral e de Boaventura Sousa Santos –, por sua vez, fundamenta-se nos seguintes pressupostos: os chamados “caracteres do povo português”, relativamente aos de outros povos europeus, apresentam diferenças *de grau* mas não *de natureza* (M. Villaverde Cabral). Consequentemente, à medida que Portugal, pela educação e pela ciência, se aproxime mais dos referidos países, mais as características que o distinguem daqueles se esbaterão. José Mattoso, após ter analisado os referidos conceitos de identidade nacional – histórico-nacionalista e sociológica – sublinha os seguintes aspectos, cuja importância se revela indiscutível para a compreensão do assunto. Em primeiro lugar, o *papel da História*, na identidade nacional, como aliás outros autores – entre os quais Eduardo Lourenço – têm destacado. A propósito, afirma José Mattoso: “a História constitui para a sociedade actual um dos fundamentos mais importantes da memória colectiva, e, por conseguinte, da consciência de identidade” (p. 103). Em segundo lugar, a “alegada *incapacidade de planeamento dos portugueses*, aliada ao *talento para a improvisação*” (p. 107). Por último, o *papel do Estado na definição da identidade nacional*, questão recorrente, sempre que se reclama “menos Estado mas melhor Estado”. Assim, afirma o autor: “O que cria e sustenta a identidade portuguesa é, de facto, o Estado. Por isso, o processo de eclosão da consciência nacional é tão lento e a sua expressão popular tão tardia. Não desce a todos os níveis e sectores da população portuguesa senão depois de o Estado se formar, se centralizar, se fortalecer e acabar por obter o monopólio do poder público, nos séculos XIX e XX” (p. 82-83).

Trata-se de uma perspectiva que vem ao arremate da opinião tradicional, a qual dava praticamente por concluído o processo de formação e consciencialização da identidade nacional, com a crise de finais do século XIV.

Como se deduz do que, sucintamente, se acaba de expor, o livro de José Mattoso fornece-nos uma interessante e útil panorâmica acerca do “estado da arte” da problemática em foco. Como trabalho de síntese que é, não permitiu que fossem desenvolvidas algumas questões, cujo esclarecimento ajudaria a compreender a divergência de posições. Por exemplo, os diferentes condicionalismos históricos, a nível nacional e internacional, nos anos 1590 e

actualmente, bem como a sua influência nas formas diversas de interpretar a identidade nacional. Com efeito, no primeiro caso, atravessava-se um período de hiper-nacionalismo, em final de autarcia, procurando o Estado Novo reforçar posições tradicionais, usando argumentos históricos. Ao invés, em época de pós-adesão à CEE/UE (1986), a atenção dos investigadores volta-se para uma identidade mais ampla, a nível europeu, secundarizando a óptica nacionalista, considerada já algo ultrapassada e pouco funcional. Mas, como também começa a constatar-se, os diversos tipos de identidade – civilizacional (na linha apresentada por S. Huntington), europeia ou de grandes blocos, nacional, regional e local –, longe de se excluírem, são complementares e constituem elementos culturais de enorme relevância.

Antes de concluir, apenas gostaria de chamar a atenção para um certo número de gralhas, a evitar em posterior reedição. Entre (...), indica-se a grafia correcta: polo, p. 7 e 68 (pólo); Póvoa do Varzim, p. 14 e 37 (Póvoa de Varzim); como ele, p. 15 (com ele); palavras indevidamente separadas (p. 17, 25, 40, 43, 73, 90); “patrótica”, p. 38 (“patriótica”); admin-istrativa, p. 62 (admi-nistrativa); houve os autores, p. 68 (houve autores); apesar nem, p. 74 (apesar de nem).

Como é óbvio, o que se acaba de referir não diminui, em nada, o valor do trabalho em epígrafe, cuja leitura será da maior utilidade para todos quantos se interrogam sobre o passado, o presente e o futuro de Portugal, como país independente, desde o século XII. Uma história, tão longa e tão recheada de eventos como a portuguesa, deverá ser considerada como um factor cultural extraordinariamente positivo e até como um valor acrescentado, mesmo em contexto de globalização, mais favorável ao “esquecimento” do que à valorização e ao estudo das especificidades dos diversos povos.

José Amado Mendes

Yves LÉONARD — *Salazarismo e fascismo* (trad. do francês), Mem Martins, Editorial Inquérito, 1998, 200 p.

Dois anos depois da primeira edição francesa, é apresentada em português, pela Editorial Inquérito, uma nova obra de divulgação sobre a história de Portugal nas sete décadas iniciais do século XX. O autor, Prof. Doutor Yves Léonard, é um historiador particularmente ligado ao universo da sociologia e da ciência política. “Maître de Conférences” em História Contemporânea no Institut d’Études Politiques de Paris e Investigador